



CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2017 DA SECRETARIA DA FAZENDA NO MUNICÍPIO DE OLINDA REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2018, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

Às onze horas e trinta minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezoito, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública para a prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2017 da Secretaria da Fazenda do Município de Olinda. **O vereador Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL) assumiu a presidência e declarou aberta a audiência pública.** Inicialmente foi composta a Mesa com as seguintes autoridades: Jorge Federal (Presidente), Luciano Ramos Brasileiro (Secretário Executivo da Fazenda do Município de Olinda), Juliana Alcoforado (Auxiliar da Secretaria da Fazenda) e o senhor Wellington Santos (Auxiliar da Secretária da Fazenda). O Presidente registrou a presença da vereadora Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA). Luciano Ramos Brasileiro foi o primeiro a discursar auxiliado pelo senhor Wellington Santos. **SECRETÁRIO EXECUTIVO LUCIANO RAMOS BRASILEIRO:** *"Estou mais uma vez aqui presente para apresentarmos as contas referentes às metas fiscais do Município. É o terceiro e último quadrimestre de 2017. Nós temos todas as contas relativas ao exercício fiscal de forma consolidada. Como se trata do último quadrimestre essas informações são também as informações anuais, ou seja, o somatório total do exercício."* O Secretário realizou uma apresentação de slides com os dados relativos à previsão/realização da arrecadação, que ficou em 88,41% de arrecadação ante a previsão da receita de 617.085.000,00 no exercício de 2017. Logo em seguida, Luciano Brasileiro apresentou as receitas por fonte, especificamente a Tributária (IPTU, ISS, IRRF, TAXAS) que ficou em 95,02% de arrecadação, Contribuições (Fundo de Previdência, CIP) 97,14%, Patrimoniais (Laudêmos, Aplicações Financeiras) 109,66%, Transferências Correntes (FPM, ICMS, IPVA, IPI, FUNDOS) 85,53%, Outras Receitas Correntes (Multas/juros, Div. Ativa, Restituições) 72,51%, Receitas de Capital (Convênios Diversos) que arrecadaram 5,79%. O Secretário continuou. *"Ao observar essas receitas de perto, essas receitas de capital, nós, e enxergando outros exercícios como 2016, 2015, 2014 e 2013 a gente tem verificado que o orçamento normalmente vem prevendo em torno de 90% a mais do que efetivamente consegue realizar. Como o Governo do Prefeito Professor Lupércio foi responsável pela gestão em 2017 e, de certa forma, herdou a LOA de 2017 para o exercício de 2017 nós não podemos falar porque foi prevista essa receita de capital quando na realidade os alinhamentos com os órgãos conveniados não apontavam em nenhum momento para valores superiores a 5 milhões de reais. Então, todo um esforço foi feito até para liberarmos alguns convênios com restrições na prestação de contas de tal sorte que a gente conseguiu superar esse valor que em cima da documentação a gente só espelhava arrecadar um pouco mais de 4 milhões de reais, não chegava nem a 5 milhões. Então a gente se deu, de certa forma, até por satisfeito em ter realizado 5,79% dessas receitas de capital."* O Secretário Apresentou o detalhamento da Receita Tributária Arrecadada mostrando o incremento em relação ao ano de 2016. O IPTU teve 92,63% de arrecadação ante a previsão, ITBI 48,72% de arrecadação e o ISS 101,22% da arrecadação. No próximo slide, Luciano Brasileiro detalhou as Receitas de Transferências. O FPM teve 101,17% de realização ante a previsão, ICMS 89,76% de



CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

arrecadação, IPVA 116,01%, IPI- Exportação 94,51%, Fundo Especial 77,71% e o FUNDEB apresentou 96,61% de realização. *“Essa frustração no FUNDEB foi bastante prejudicial à gestão pelo fato de que boa parte dessas receitas são utilizadas para o pagamento de salários. Como houve um aumento no piso do professor em 7,64% e tivemos que repassar esse aumento para toda a categoria de docentes vinculados ao Município, com essa frustração no repasse a gente pôde perceber que o resultado do FUNDEB foi deficitário do ponto de vista orçamentário.”* Seguindo com a apresentação dos slides, o Secretário detalhou o tópico Outras Receitas Correntes. Com relação às Multas e Juros, o Município realizou 82,75% do que estava previsto, Indenizações e Restituições 73,48%, Dívida Ativa 62,29% e Receitas Correntes Diversas ficou em 30,77% de arrecadação. Passou-se, em seguida, a demonstrar a Dívida Consolidada Líquida do Executivo. A receita corrente líquida (RCL) de 526.912.792,38 R\$ tem um limite de endividamento de até 120% do total dessa RCL, que daria 632.295.350,86 R\$. Desse limite só tem consolidado contabilmente falando uma dívida de 36.288.570,99 R\$, ou seja, 6,89% da capacidade de endividamento da Prefeitura. *“Quando o Prefeito Lupércio assumiu o Governo do Município nós tínhamos uma dívida de quase 40 milhões de reais. Ao longo do Exercício nós reduzimos essa dívida, não só deixando de compor novas dívidas, mas conseguimos reduzir essa dívida em quase 10%. Foram pagos em 2017 3.302.468,29 R\$ dessa dívida.”* Seguindo com a apresentação, foi detalhado o gasto com Operações de Crédito, que tem o limite legal de 16% da RCL totalizando 84.306.046,78R\$. O Secretário afirmou que a Prefeitura não se utilizou de nenhuma Operação de Crédito em 2017. Mostrou uma planilha com todas as secretarias que a Prefeitura possui e as despesas realizadas com cada uma delas. Assuntos Jurídicos ficou em 106,87%, Fazenda e Administração 84,84%, Relações Institucionais 98,78%, Educação, Esportes e Juventude 92,96%, Saúde 75,16%, Patrimônio e Cultura 93,00%, Segurança Urbana 94,15%, Obras 12,30%, Desenvolvimento Social 76,28%, Comunicação 55,86%, Serviços Públicos 94,02%, Meio Ambiente e Urbanismo 88,65%, Transporte e Trânsito 62,83% e Turismo e Desenvolvimento 92,37%. A respeito da Saúde, o Secretário esclareceu que a gestão cumpriu com o índice de responsabilidade fiscal com os gastos da referida pasta. Afirmou que foi investido mais do que os 15% obrigatórios. Explicou também que o quadro mostrado anteriormente contemplava os resultados consolidados de todo o exercício fiscal do ano de 2017 e não apenas o resultado do terceiro quadrimestre. Luciano Brasileiro explicou os gastos com a Secretaria de Serviços Públicos dizendo que a limpeza da cidade foi melhorada como um todo. Afirmou que rescindiu o contrato com a empresa, que fazia o serviço de limpeza há cerca de vinte e cinco anos, por motivo de precariedade da frota. Foi feito um contrato emergencial com uma nova empresa e ocorreu um esforço para que a limpeza da cidade melhorasse de forma substancial. O Secretário Executivo passou a apresentar a tabela de aplicação de recursos na Educação até o 3º Quadrimestre de 2017. Segundo a tabela, o valor mínimo a ser aplicado era de 25%, ou seja, 86.526.541,60 reais e o valor aplicado efetivamente foi o de 25,43% sendo de 88.008.229,91 reais. Esse percentual é baseado no total das receitas vinculadas que é na ordem de 346.106.166,39 reais. Já com a aplicação relacionada à Saúde até o 3º Quadrimestre de 2017 o valor mínimo a aplicar é de 15%, ou seja, 51.921.301,83 reais. O percentual aplicado efetivamente foi de 16,24% o que significa um investimento de 56.224.408,76 reais. Isso para o mesmo total de receitas vinculadas que é da ordem de 346.106.166,39 reais. Passando a tratar dos gastos com

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

peçoal, o Secretário Executivo explicou que o **limite prudencial** imputado pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 51,30% da Receita Corrente Líquida do Município. A RCL é de 526.912.792,38 reais. Já o **limite legal** exigido pela mesma LRF é o de 54% da RCL. **O gasto do Município ficou em 55,04% mostrando que o Poder Executivo ficou acima do limite máximo que a lei exige.** Luciano Brasileiro explicou que o descumprimento do limite legal se deu porque o orçamento foi previsto pela gestão passada e a gestão do Prefeito Lupércio trabalhou em cima da LOA herdada pela antiga gestão. Ele também apresentou uma comparação dos gastos referentes a 2016 e 2017. O orçamento inicial de 2016 foi de 357.898.000,00 reais e o executado foi de 323.266.802,82 reais representando 90,32% desse orçamento. Já 2017 teve um orçamento inicial de 374.006.000,00 reais, executando 338.454.691,79 reais, o que representou 90,49% desse orçamento. Ele afirmou que não houve muita diferença nos gastos comparando-se com a gestão anterior. Já com relação à folha de pagamento bruta, em 2016 os gastos foram de 200.003.410,90 reais. Em 2017 gastou-se 204.108.577,59 reais. Uma diferença de 4.105.577,59 reais, representando um aumento de 2,05%. Uma justificativa apresentada pelo Secretário foi a de que houve reajuste no salário mínimo nacional o que impactou no aumento da folha de pagamento dos servidores. Outro reajuste legal imposto para o Município é o do reajuste do piso do salário dos professores, que este ano foi de 7,64%. Luciano Brasileiro continuou comparando os gastos de 2016 e 2017, desta vez mostrando uma tabela com o quantitativo de cargos ocupados em 2016 (5.788 funcionários) e em 2017 (5.677 funcionários) e comprovando que houve redução do quadro de funcionários. Para finalizar essa questão dos gastos com pessoal, o Secretário Executivo apresentou os três motivos que influenciaram no incremento do índice da despesa total com pessoal em 2017. Foram eles: aumento da folha de pessoal dos professores em cumprimento ao piso nacional (impacto de 6.000.000,00 reais); incremento no aporte financeiro ao Fundo de Previdência da ordem de 11.000.000,00, quando comparados os exercícios de 2016 e 2017; frustração das receitas do último Quadrimestre, da ordem de 43.000.000,00 reais. Luciano afirmou que o Poder Executivo juntamente com o Poder Legislativo deverá analisar os reajustes tanto relacionados ao quantitativo da contribuição dos servidores como da parcela de contribuição do Município para que se diminua esse aporte, tendo em vista que a Lei Patronal não entra no custo do gasto com pessoal, mas o aporte entra totalmente. Ao final da apresentação das contas do Município pelo Secretário Executivo Luciano Brasileiro, o Presidente Jorge Federal passou a palavra para a vereadora Graça Fonseca. Ela comentou sobre o aumento dos gastos com pessoal além do limite legal da LRF e disse também que não valeu a pena diminuir por um lado a quantidade de contratos de pessoal e por outro lado aumentar a quantidade de pessoal comissionado. Por fim falou que percebe que a gestão atual está empenhada em aumentar os recursos para o Município. Em seguida o Presidente Jorge Federal passou a palavra para o vereador Jesuíno Araújo. O vereador Jesuíno Araújo questionou sobre os percentuais referentes aos gastos com a saúde. Disse que a soma dos três quadrimestres dá 14,37%, ficando abaixo dos 15%. Porém, na tabela que foi apresentada durante essa audiência o percentual mostrado com os gastos com a saúde ficou em 16,24%. Pediu para que o Secretário Executivo explicasse melhor essa diferença. Outro questionamento do vereador foi relacionado ao não cumprimento do limite legal dos gastos com pessoal e do aumento do número de cargos comissionados. O Presidente Jorge Federal passou a palavra para o Secretário Legislativo Júnior Lyra. Júnior Lyra questionou exatamente os

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

valores diferentes nos percentuais dos gastos com a saúde. Falou que essa diferença é na ordem de 8 milhões de reais. O segundo questionamento foi com relação às despesas com pessoal. Ele também afirmou que há um desencontro de informações na prestação de contas, pois há uma diferença em torno de 1 milhão de reais de uma tabela para outra. Perguntou em seguida onde estava o controle interno da Prefeitura que não alertou as secretarias para o crescente gasto com folha de pessoal ante a frustração das receitas. Por fim, recomendou que fosse enviado à Câmara de Olinda um relatório mais detalhado dessa prestação de contas da Secretaria da Fazenda justificando essas diferenças nos gastos para que seja analisado pelos vereadores. O Presidente Jorge Federal ratificou as palavras da vereadora Graça Fonseca, do vereador Jesuíno Araújo e do Secretário Legislativo Júnior Lyra. O Presidente falou que estava bastante frustrado por a Prefeitura ter ultrapassado o limite legal dos gastos com pessoal. Jorge lembrou que logo quando o Prefeito Lupércio assumiu o cargo ele afirmou que iria cortar em cerca de 30% a quantidade de cargos comissionados. Em outra declaração, disse o Presidente da Câmara, que o Prefeito afirmou que a arrecadação do Município estava crescendo e que ele estava satisfeito. O Presidente da Câmara avaliou que havia informação suficiente para que o Controle Interno da Prefeitura de Olinda alertasse quanto aos gastos atingindo o limite prudencial. **Pediu respostas ao Controle Interno da Prefeitura sobre quais foram as atitudes tomadas pela Controladoria diante do alerta que houve nos meses de setembro e outubro com relação ao ajuste da folha de pagamento de pessoal. Pediu respostas referentes ao acompanhamento das nomeações e do limite financeiro prudencial para tal.** O Presidente pediu esclarecimentos sobre os percentuais dos gastos legais com a Saúde. Por fim, afirmou que com o incremento que existiu na arrecadação daria para cumprir tranquilamente a exigência legal com a Saúde e Educação. O Presidente registrou a presença do seu filho Gabriel, aluno de medicina da UPE. A seguir a palavra foi passada para o Secretário Executivo Luciano Brasileiro para que ele respondesse aos questionamentos feitos pelos vereadores e pelo Secretário Legislativo. Luciano Brasileiro afirmou que a Saúde tem um Fundo próprio e que ela é a gestora desse Fundo. A própria Secretaria de Saúde é quem faz a contabilidade desse Fundo, que é feita por um contador lotado nesta Secretaria. Ele disse que essa contabilidade é consolidada com base na movimentação financeira da saúde, que é diferente da movimentação absoluta. Explicou que existem outras movimentações financeiras para a saúde, mas que não passam pelo Fundo próprio. Afirmou que a Fazenda recebe a contabilidade da Saúde, consolida essa contabilidade e no final se informa através do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES) as informações contábeis devidamente consolidadas. Ele ainda garantiu que o total das receitas vinculadas à Saúde no exercício de 2017 foi de 56.224.408,76 reais, o que representou 16,24%. Com relação ao gasto com os serviços públicos, o Secretário Executivo afirmou que a lei não proíbe a utilização da CIP (Contribuição de Iluminação Pública) com outras despesas de custeio, mas que não foi prática da gestão do Prefeito Lupércio a utilização desses recursos para pagar outras despesas. A utilização desses recursos foi para financiar a melhoria da iluminação pública em geral, tanto dos logradouros públicos como dos imóveis pertencentes à Prefeitura. Ele afirmou também que boa parte desse valor da CIP é gasto com o pagamento da conta de energia consumida com a iluminação da cidade como um todo. Finalizou essa questão da CIP afirmando que o gasto mensal com o consumo de



CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

energia elétrica pela Prefeitura é da ordem de 800 milhões de reais. Já com relação aos gastos com a coleta de lixo, Luciano Brasileiro disse que os custos aumentaram por causa do fechamento do Lixão de Aguazinha, com o aumento do transporte desse lixo, do transbordo e do destino final. Passou a responder a respeito dos questionamentos com relação aos gastos com a folha de pessoal. O Secretário Executivo explicou que a Prefeitura teve uma redução no quadro de servidores. Foram 111 servidores a menos com relação ao ano de 2016. Também detalhou que houve uma diminuição na quantidade de servidores efetivos por motivo de aposentadoria. Passou-se de 3.569 para 3.340, mas que essa redução no quadro não reduz a folha de pagamento, pois o aporte que a Prefeitura repassa mensalmente ao Fundo de Previdência aumenta. Luciano também afirmou que o servidor ao se aposentar também faz jus aos direitos deixados, a exemplo das licenças-prêmio que não são pagas na ativa, e que tais direitos também aumentaram quando comparado com o ano anterior. Passou a explicar que o aumento no número de cargos comissionados se deu por causa da aposentadoria dos servidores efetivos e falta de tempo hábil para se realizar concurso público para o preenchimento desses cargos vagos. Luciano finalizou afirmando que analisando os primeiros meses de 2018 a Prefeitura já está novamente dentro do limite legal de gastos com a folha de pagamento de pessoal. O Presidente Jorge Federal convidou o senhor Cláudio Roberto Queiroz, controlador geral do Município de Olinda para esclarecer as dúvidas apresentadas durante a audiência de prestação de contas da Secretaria da Fazenda. Cláudio Roberto afirmou que a Controladoria comunica mensalmente e perfeitamente documentado ao Prefeito os índices de pessoal, se está no limite prudencial, o que deve ser feito e o que não pode ser feito. Ele afirmou que até novembro de 2017 estava abaixo do limite máximo. Afirmou também que ultrapassar o limite máximo não é uma infração e o Município fica proibido de fazer determinadas coisas para que não aumente ainda mais esse limite. Cláudio explicou que os gastos com Saúde e Educação também são informados a cada quadrimestre pela Controladoria Interna. Ele explicou o porquê de a Prefeitura ter ultrapassado o limite legal dos gastos com a folha de pessoal. Mostrou os dados que apresentavam redução do FPM, FUNDEB e nas transferências da União. E houve aumento nos gastos com pessoal referentes ao pagamento do 13º salário. Comentou que houve um aumento de arrecadação das receitas própria do Município em torno de 11 milhões de reais. Por fim, afirmou que irá repassar todos os dados detalhados à Câmara Municipal de Olinda para esclarecer as dúvidas apresentadas pelos vereadores. O Presidente Jorge Federal rebateu as explicações afirmando que se todos os meses havia relatório tratando dos gastos com pessoal e o Prefeito deveria ter reduzido os gastos para não ultrapassar o limite legal. O Presidente afirmou que abrirá um processo para apuração desses fatos. Pediu novamente os relatórios da Controladoria Interna para que os vereadores analisem detalhadamente esses gastos. Cláudio Roberto Queiroz explicou novamente que o cálculo é feito baseado nos últimos doze meses e que a Prefeitura ultrapassou o limite legal apenas em dezembro de 2017 e que em dezembro de 2016 houve um aporte financeiro devido à repatriação de valores, o que não ocorreu em dezembro de 2017. O Presidente Jorge Federal novamente afirmou que se o Prefeito tivesse cumprido a promessa de diminuir em 30% o número de cargos comissionados a Prefeitura não teria extrapolado o limite legal. Disse ainda que a Controladoria Interna deveria alertar o Prefeito para que ele reduza a quantidade de cargos comissionados para que não ocorra o mesmo problema de dezembro. Cláudio Roberto Queiroz explicou que isso será repassado ao Prefeito e

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

que a Controladoria Interna vai estudar o comportamento das contas para que isso não aconteça novamente. O Presidente Jorge Federal passou a palavra para o Secretário Executivo Luciano Brasileiro. Ele afirmou que as férias dos professores impactaram na folha de pagamento. Explicou que essas férias não foram pagas em dezembro de 2016 pela antiga gestão, sendo arcadas pela nova gestão que pagou essas férias em janeiro de 2017. Isso fez com que o ano de 2017 tivesse duas folhas de férias pagas aos professores do Município. Isso impactou diretamente no mês de dezembro de 2017, o qual apresentou gastos acima do limite legal. Por fim, defendeu a atuação da Controladoria Interna com relação ao controle dos gastos. Falou que a arrecadação de dezembro de 2017 se comportou de forma muito peculiar diminuindo drasticamente quando comparado com os últimos doze meses. O Presidente Jorge Federal agradeceu pela presença das autoridades que compareceram e encerrou a audiência pública para a prestação de contas do terceiro quadrimestre da Fazenda. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa.



JORGE FEDERAL - Presidente



JESUÍNO ARAÚJO - Secretário